

No. 8079

**IRELAND
and
PORTUGAL**

**Exchange of notes constituting an agreement in regard to
the mutual abolition of visas. Lisbon, 29 July 1955**

Official texts: English and Portuguese.

Registered by Ireland on 7 February 1966.

**IRLANDE
et
PORTUGAL**

Échange de notes constituant un accord relatif à la suppression des formalités de visa. Lisbonne, 29 juillet 1955

Textes officiels anglais et portugais.

Enregistré par l'Irlande le 7 février 1966.

No. 8079. EXCHANGE OF NOTES CONSTITUTING AN AGREEMENT¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF IRELAND AND THE GOVERNMENT OF PORTUGAL IN REGARD TO THE MUTUAL ABOLITION OF VISAS.
LISBON, 29 JULY 1955

I

From the Portuguese Minister for Foreign Affairs to the Irish Chargé d'Affaires at Lisbon

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

Proc. 517/G/53.

No. 4.

Lisboa, 29 de Julho de 1955

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que, com vista a facilitar as viagens entre Portugal e a Irlanda, o Governo Português está disposto a concluir com o Governo Irlandês um Acordo de abolição recíproca de vistos em passaportes nos seguintes termos :

1. Os cidadãos irlandeses munidos de passaportes válidos, expedidos pelas competentes autoridades irlandesas poderão entrar livremente em Portugal Continental e Ilhas Adjacentes para permanência temporária, em viagens de trânsito, negócios ou recreio, sem necessidade de qualquer visto diplomático ou consular.
2. Os cidadãos portugueses munidos de passaportes válidos, expedidos pelas competentes autoridades portuguesa, poderão entrar livremente na Irlanda, para permanência temporária, em viagens de trânsito, negócios ou recreio, sem necessidade de qualquer visto.
3. Por permanência temporária entende-se um período não excedente a dois meses consecutivos o qual, excepcionalmente, poderá ser prorrogando, por motivos justificáveis, a exclusivo critério das competentes autoridades de cada um dos dois países.
4. Devem, porém, munir-se de visto consular os cidadãos irlandeses que pretendam dirigir-se a Portugal Continental e Ilhas adjacentes e os cidadãos portugueses que pretendam entrar na Irlanda com o fim de estabelecer residência ou exercer qualquer actividade profissional, remunerada ou não.
5. Tenham ou não de munir-se de visto consular, os nacionais dos dois Estados Contratantes ficam sujeitos às leis, regulamentos e mais disposições locais respeitantes a estrangeiros, desde que entrem no território do outro país.

¹ Came into force on 15 August 1955, in accordance with the provisions of the said notes.

6. As autoridades competentes de cada um dos países reservam-se o direito de recusar a entrada ou a estadia no respectivo território de pessoas que considerem indesejáveis.

7. Qualquer dos Governos pode suspender temporariamente este Acordo por motivos de ordem publica davendo a suspensão ser notificada imediatamente ao outro Governo por via diplomática.

Se o Governo Irlandês concordar com o que antecede, tenho a honra de sugerir que a presente Nota e a Nota de V. Exa. de resposta em termos semelhantes sejam consideradas como instrumentos do Acordo entre os nossos dois Governos, o qual entrará em vigor em 15 de Agosto de 1955 e continuará vigorando até dois meses depois de ter sido denunciado por qualquer das Partes Contratantes.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exa. os protestos da minha alta consideração.

Paulo CUNHA

[TRANSLATION — TRADUCTION]

Lisbon, 29 July 1955

Proc. 517/G/53.
No. 4

Excellency,

[See note II]

I take this opportunity of reiterating to your Excellency the assurances of my highest consideration.

Paulo CUNHA

II

From the Irish Chargé d'Affaires at Lisbon to the Portuguese Minister for Foreign Affairs

Lisbon, 29th July, 1955

Your Excellency,

I have the honour to acknowledge receipt of Your Excellency's note of today's date concerning the abolition of visas between our two Countries which runs as follows :

" Your Excellency—I have the honour to inform your Excellency that, with a view to facilitating travel between Portugal and Ireland, the Portuguese Government is disposed to conclude with the Irish Government an Agreement for the reciprocal abolition of passport visas on the following terms :

1. Irish citizens holding valid passports issued by the competent Irish authorities may freely enter Continental Portugal and the adjacent Islands for a limited period either in transit, for business or for pleasure, without requiring either a diplomatic or a consular visa.
2. Portuguese citizens holding valid passports issued by the competent Portuguese authorities may freely enter Ireland for a limited period either in transit, for business or for pleasure, without requiring a visa.
3. By "limited period" is meant a period not exceeding two consecutive months, which period may, as an exceptional measure, be extended, on just cause being shown, at the exclusive discretion of the competent authorities in either country.
4. It shall, however, be necessary for Irish citizens desiring to establish themselves in Portugal or in the adjacent Islands and for Portuguese citizens desiring to establish themselves in Ireland, to obtain the appropriate consular visas if they wish to settle permanently in either country or to take up employment, whether remunerated or not.
5. Whether holding consular visas or not the citizens of the two contracting countries remain subject to the laws, regulations and other local prescriptions concerning foreigners from the moment they enter the territory of the other country.
6. The competent authorities of both countries reserve the right to refuse admission to their respective territories of any person considered by them undesirable.
7. Each Government is free to suspend temporarily, for reasons of public order, the operation of this Agreement in which case the Government concerned shall immediately notify the other Government through the diplomatic channel.

If the Irish Government is in agreement with the foregoing, I have the honour to suggest that this Note together with Your Excellency's Note in reply in the same terms shall be considered as the instruments of the Agreement between our two Governments, which Agreement shall enter into force on the 15th August 1955, and shall continue in force until a period of two months after having been denounced by one of the contracting parties."

I have the honour to confirm that the Irish Government is prepared for an agreement on the lines set out in Your Excellency's note, the present exchange of notes constituting the agreement.

I take this opportunity of reiterating to Your Excellency the assurance of my highest consideration.

G. O'KELLY DE GALLAGH
